

A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO DA REFORMA CURRICULAR NOS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA: uma análise histórica

Gláucia Aparecida Vaz

RESUMO: O curso de Arquivologia e o profissional arquivista também sofreram impactos devido às transformações ocorridas na sociedade nas últimas décadas, principalmente no que diz respeito às novas demandas da sociedade da informação e da necessidade de mudanças nas práticas profissionais em relação ao acesso aos arquivos. A reflexão sobre suas funções, novas habilidades necessárias para atender a uma nova demanda social são temas recorrentes em pesquisas da área. O presente artigo procura demonstrar a evolução no processo da formação profissional desde os primórdios do pensamento da construção de um currículo de formação, através de revisão de literatura e análise dos estudos realizados que foram levantados. Apresenta ainda um histórico da formação e escolas de pensamento arquivístico internacionais e nacionais com o intuito de promover uma reflexão sobre a mutabilidade e flexibilidade dos currículos dos cursos de Arquivologia. Demonstra uma forte presença de disciplinas voltadas para a gestão documental e uma presença tímida, mas crescente, de disciplinas voltadas para a difusão da informação.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivologia. Currículo. Formação profissional.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho surge a partir da necessidade de se repensar sobre a formação profissional do arquivista buscando atender às novas demandas sociais, constituídas como consequência não somente da chamada era da informação, mas de todo contexto que a cerca. A pesquisadora Menne-Haritz (2001) coloca como ponto crucial para a mudança de um paradigma custodial para o pós-custodial o fim das divisões entre blocos socialistas e comunistas no mundo. Aqui no Brasil podemos tomar como referência os avanços em relação ao acesso à informação obtidos após o regime militar. A abertura dos arquivos só foi possível após a abertura política de muitos países, visto que grande parte dos documentos eram e em boa

Gláucia Aparecida Vaz
glaucia-vaz@hotmail.com
<http://lattes.cnpq.br/3514849083614884>

Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
Mestra em Ciência da Informação e Graduada em Biblioteconomia pela UFMG.

Submetido em: 17/07/2016
Publicado em: 27/12/2016

parte ainda são de responsabilidade da administração pública, ficando a cargo do governo criar suas políticas de acesso.

A Constituição de 1988 em seu artigo 5º, inciso XXXIII prevê que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo, ou geral, que serão prestados no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo sejam imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado (BRASIL, 1988).

Após a Constituição houveram algumas mudanças significativas no cenário de acesso à informação no país. Em 2000 a lei de responsabilidade fiscal-lei complementar 101 de 2000-começaria a mudar a forma que a administração pública deveria se comportar em relação a divulgação de seus atos. Em 2009 a lei complementar 131 acrescenta dispositivos à lei 101, estabelecendo procedimentos de divulgação de despesas e receita para conhecimento da população. Após nove anos em tramitação no Congresso, a Lei de Acesso à informação-Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011- foi aprovada, representando a adesão do país a um novo regime de informações, demonstrada pela adesão de vários países nesse sentido. É interessante destacar aqui, que na mesma data de promulgação da Lei de Acesso à Informação, também foi promulgada a Lei de Criação da Comissão Nacional da Verdade (Lei 12.528), com o intuito de abrir os arquivos de processos do período da ditadura militar brasileira (1964-1985).

Com a instauração da Comissão da Verdade aqui no Brasil, tem se falado muito sobre a questão da memória, da preservação do passado para a construção de um futuro mais próspero, evitando cometer os mesmos erros, especialmente aqueles que ferem a cidadania e a democracia. De acordo com Menne-Haritz (2001), a memória não está em um suporte de informação, em livros, documentos ou em meios digitais, mas está no conteúdo do documento. E neste sentido o arquivo não funciona como uma “fábrica de memória”, visto que a história é uma construção coletiva, e só existe memória a partir desta história vivida e contada. Mas os arquivos “criam memória”, pois funcionam como uma prevenção para a amnésia. Ainda segundo a autora, o arquivo existe para responder as questões de uma sociedade, de seus conflitos sobre sua própria história. Portanto, as velhas práticas arquivísticas devem se revestir das necessidades atuais, e para que isso aconteça a mudança na formação e na compreensão dos profissionais se torna essencial.

Buscando essa reflexão é que este trabalho apresenta uma revisão de literatura sobre as pesquisas sobre os currículos de Arquivologia já realizados no país com o intuito de promover uma discussão sobre os avanços e as lacunas ainda a serem

preenchidas, avaliando qual o papel do profissional dentro desse novo contexto social.

2 OS PRIMÓRDIOS DE UMA REFLEXÃO SOBRE O CURRÍCULO

Vivemos uma conjuntura histórica permeada por cenários complexos e contraditórios, especialmente no que tange às transformações no mundo do trabalho. Dentre os processos sociais e as polêmicas contemporâneas destacam-se, atualmente, aquelas envolvendo a problemática do conhecimento e da formação profissional face ao processo de reestruturação produtiva do capitalismo global. A tecnologia tornou-se fator fundamental num contexto em que a competitividade e a produtividade se tornaram dogmas absolutos e sinônimo de luta pela sobrevivência no mundo dos negócios. Portanto, nesta ótica empresarial, verifica-se que grande parte das vantagens está associada à qualificação dos recursos humanos e à qualidade dos conhecimentos produzidos. Por isso, “a questão da formação e da produção do conhecimento passou a ser de fundamental interesse das empresas, especialmente das transnacionais” (CHESNAIS, 1996, p. 12).

A nova forma de operar do capitalismo é explicitada, por Harvey (1992, p. 71) em termos de um “regime de acumulação inteiramente novo, associado a um sistema de regulamentação política e social bem distinto, denominado ‘acumulação flexível’”. Essa forma de acumulação surge da crise do modelo fordista (modo rígido de acumulação) e do Estado do Bem-Estar ocorrida, sobretudo, na primeira metade da década de 1970. A recessão, a crise fiscal e de legitimidade criaram oportunidades para a reestruturação econômica e o reajustamento social e político. As décadas de 1970 e 1980 foram palco da intensificação da competição global, o que levou:

a um período de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho [...]. A mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital passaram ao primeiro plano das estratégias corporativas de sobrevivência em condições gerais de deflação (HARVEY, 1992, p. 137 e 140).

Segundo Cataniet, Oliveira e Dourado (2001, p. 70), o mercado de trabalho sofre uma radical transformação, valendo-se de regimes e de contratos de trabalho mais flexíveis através, por exemplo, da adoção do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado. Para Harvey (1992, p.142), esse “novo modo de operar do capitalismo” não significa, no entanto, que ele esteja ficando mais “desorganizado”. Pelo contrário,

o capitalismo está se tornando cada vez mais organizado através da dispersão, da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho, nos processos de trabalho e nos mercados de consumo, tudo isso acompanhado por pesadas doses de inovação tecnológica, de produto e institucional (HARVEY, 1992, p. 150).

Tal organização vem sendo alcançada, em especial, através do acesso e controle da informação, mercadoria valiosa, especialmente na propagação do consumo e desenvolvimento de atividades no sistema financeiro global; do acesso e controle do conhecimento científico e técnico, de importância vital na luta competitiva. O conhecimento tornou-se também mercadoria chave no estabelecimento de vantagem competitiva e, por isso, vem sofrendo processos mais acentuados de subordinação ao capital.

A discussão do mercado de trabalho, especialmente da formação de profissionais, parece perder completamente o sentido quando nos deparamos com uma sociedade que se encaminha rapidamente para o “fim dos empregos”. Afirma Rifken (1995) que o mundo se dirige para um declínio inevitável dos níveis de emprego e para uma redução da força de trabalho. O desenvolvimento tecnológico ocasionou a terceira revolução industrial e permitiu mudanças revolucionárias no processo produtivo e organizacional da produção, constituindo-se no grande aliado dessa eliminação dos empregos. O declínio da força de trabalho global é registrado na indústria, na agricultura e até no setor de serviços. As mudanças tecnológicas ampliaram a produtividade, aumentaram os lucros e diminuíram os empregos. A exceção acentuada por Rifken (1995) com relação à redução da força de trabalho global encontra-se no setor do conhecimento.

De acordo com Catani et, Oliveira e Dourado (2001, p. 72), na ótica empresarial tem prevalecido o entendimento de que os novos perfis profissionais e os modelos de formação exigidos atualmente pelo paradigma de produção capitalista podem ser expressos, resumidamente, em dois aspectos: polivalência e flexibilidade profissionais. Isto estaria posto, com maior ou menor intensidade, para os trabalhadores de todos os ramos e para todas as instituições educativas e formativas, especialmente as escolas e as universidades.

De acordo com Dourado e Oliveira (1999), a questão sobre as reformas nos currículos de graduação aumentou a partir de 1995. Dentre os principais elementos que desencadearam essa movimentação na área estão:

- a) a Lei nº 9.131/95 que, ao criar o Conselho Nacional de Educação (CNE), definiu como uma das competências desse órgão deliberar sobre as Diretrizes Curriculares propostas

- pelo MEC, para os cursos de graduação (letra “c” do parágrafo 2º do art. 9º);
- b) a nova LDB que, no inciso II do artigo 53, cria a necessidade de Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação e permite a eliminação dos chamados “currículos mínimos”, tornando os currículos de graduação mais flexíveis;
 - c) a intensificação das discussões internacionais e nacionais sobre diplomas e perfis profissionais, face as mudanças na sociedade contemporânea e, particularmente, no mundo do trabalho;
 - d) o processo desencadeado pela Secretaria de Educação Superior (SESu) do MEC, em 1997, objetivando a implementação das Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação;
 - e) a definição de “Padrões de qualidade para os cursos de graduação”, pela SESu;
 - f) o estabelecimento de critérios sobre a constituição de comissões e procedimentos de avaliação e verificação de cursos superiores;
 - g) o posicionamento assumido pelo Fórum de Pró-Reitores de Graduação, especialmente no “Plano Nacional de Graduação” em prol de Diretrizes Curriculares gerais e fortalecimento dos projetos pedagógicos institucionais nos cursos de graduação.

O projeto do Ministério da Educação era adaptar os currículos às mudanças dos perfis profissionais. Para isso foram adotados alguns princípios orientadores para as mudanças curriculares na graduação: a) flexibilidade na organização curricular; b) dinamicidade do currículo; c) adaptação às demandas do mercado de trabalho; d) integração entre graduação e pós-graduação; e) ênfase na formação geral; f) definição e desenvolvimento de competências e habilidades gerais. Em suma, o objetivo geral que vem orientando a reforma é, justamente, “tornar a estrutura dos cursos de graduação mais flexível”. Ao mesmo tempo, o CNE aprovou, em 3 de dezembro de 1997, o parecer nº 776/97 que trata da “orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação”. “Neste documento, o Conselho assume posição em favor da eliminação da “figura dos currículos mínimos”, que teria produzido “excessiva rigidez” e “fixação detalhada de mínimos curriculares”, especialmente no que tange ao “excesso de disciplinas obrigatórias” e ampliação desnecessária do tempo de duração dos cursos” (CATANI; OLIVEIRA; DOURADO, 2001, p. 74). Portanto, as Diretrizes Curriculares devem garantir ampla liberdade para as definições dos currículos plenos.

A Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal de Minas Gerais foram pioneiras no início de elaboração de processo de elaboração de diretrizes curriculares gerais para a reformulação de seus cursos de graduação. Atualmente várias outras instituições federais vêm propondo uma maior flexibilização dos seus cursos de graduação.

Segundo Cataniet, Oliveira e Dourado (2001, p. 77) é importante destacar que:

discussões sobre a identidade institucional e sobre os projetos e processos de formação das IES, particularmente das universidades, a questão da flexibilização curricular era vista como possibilidade de ‘oxigenação’ dos componentes curriculares e, conseqüentemente, como expressão do projeto acadêmico de formação de cada IES, não se reduzindo às demandas e parâmetros do mercado.

Baseados nesta ótica, os estudos sobre reformulação curricular devem traçar parâmetros norteadores que levem a uma reflexão social sobre a formação profissional e a indissociabilidade no âmbito acadêmico entre ensino, pesquisa e extensão.

O curso de Arquivologia e o profissional arquivista também sofreram todos os impactos devido às transformações ocorridas na sociedade nas últimas décadas. A reflexão sobre suas funções, novas habilidades necessárias para atender a uma nova demanda social são temas recorrentes em pesquisas da área. Este processo tem ainda como objetivo final o auto reconhecimento e consolidação da disciplina arquivística como campo científico. Buscando não mais apenas o desenvolvimento das práticas, mas a reflexão de um pensamento sobre as práticas. O presente artigo procura demonstrar a evolução no processo da formação profissional desde os primórdios do pensamento da construção de um currículo de formação. Apresenta ainda um histórico da formação e escolas de pensamento arquivístico internacionais e nacionais com o intuito de promover uma reflexão sobre a mutabilidade e flexibilidade dos currículos dos cursos de Arquivologia.

3 AS TRADIÇÕES DO ENSINO EM ARQUIVOLOGIA: ORIGEM E EVOLUÇÃO

Há mais de 100 anos, três arquivistas holandeses, Samuel Muller, Johan Feith e Robert Fruin, publicaram umas das obras consideradas fundamentais para o desenvolvimento da Arquivologia, o “Manual de arranjo e descrição de arquivos”. Em mais de um século, a Arquivologia confrontou-se com profundas modificações, em especial nas últimas quatro décadas, resultantes de novos parâmetros de produção, circulação e uso da informação arquivística. Tais modificações vêm implicando redefinições diversas nos marcos teóricos da disciplina, nos serviços de informação arquivística, e na formação do arquivista. Nessa perspectiva, segundo Michael Cook, as “tradições” ou modelos de ensino, no âmbito internacional, podem ser classificadas em cinco categorias: a tradição européia, a tradição ítalo-hispânica, a tradição britânica, a tradição norte-americana e aquelas dos países em

desenvolvimento, em que, apesar de uma homogeneidade, possuem também algumas características específicas.

“Antes do século XIX, a Arquivologia era uma ciência empírica, a serviço da organização dos arquivos para fins administrativos” (DUCHEIN, 1993, p. 19). Com o incremento da pesquisa histórica do século XIX, ela passou a ser uma ciência auxiliar da história. A origem de um ensino sistemático de Arquivologia situa-se nesse período (primeira metade do século XX na Europa. Portanto, foi nas escolas europeias que a Arquivologia se desenvolveu enquanto ciência (GAGNON-ARGUIN, 1992, p. 207). Em seguida, influenciada pelas grandes mudanças socioeconômicas do começo do século XX, ela se tornará novamente uma ciência auxiliar da administração. E, finalmente, com o movimento da sociedade da informação, fundada sobre a criação e domínio do saber, caracterizada pela rapidez, pela inovação e pelo efêmero, desencadeará a tomada de consciência de sua missão e de sua própria definição (JARDIM; FONSECA, 1999, p. 10). Segundo Menne-Haritz, a passagem da Arquivologia de “ciência descritiva” para “ciência multifuncional” conduzirá sua transformação como ciência ligada às ciências da informação (MENNE-HARITZ, 1992, p. 9).

A tradição do ensino europeu foi estruturada, de acordo com a sua gênese, na história e suas ciências auxiliares. A primeira escola criada data de 1811, a Scuola di Archivistica (Itália / Nápoles). Dez anos depois duas escolas são fundadas: a Escola des Chartes (França) e a Bayerische Archivschule (Alemanha). Outro ponto representativo se refere ao papel pioneiro do Estado italiano na pedagogia arquivística. Diversas “scuola di archivistica” emergiram a partir da segunda metade do século XIX: em Veneza (1854), em Palermo (1855), em Florença (1856), em Genova (1873), em Parma (1876), em Roma (1878) e em Roma Pontifícia (1884) - o futuro Estado do Vaticano (MATOS, 2011, p. 2). Na mesma linha, final do século XIX, segundo Menne-Haritz (1996, p. 57), registra-se a origem da Marburg Archivschule, que dá início à profissionalização dos arquivos na Alemanha.

Atualmente, de modo geral, todos os países europeus oferecem programas de ensino universitário de Arquivologia. Esses estabelecimentos são, em sua maioria, autônomos (independentes das universidades), e financiados por seus governos, com o objetivo de formar o quadro integrado pelas instituições públicas.

Dentro dessa ótica, duas tendências emergiram. A primeira baseada na concepção de uma Arquivologia histórico-erudita, na qual os conhecimentos são dirigidos grandemente para a história e suas ciências auxiliares. A segunda seguiu a corrente de uma Arquivologia biblio-documental, enfatizando as problemáticas concernentes à informação contemporânea,

como, por exemplo, o controle da produção de documentos (JARDIM; FONSECA, 1999, p. 11). A primeira reunindo os arquivistas, profissionais encarregados dos arquivos permanentes, na qual os conhecimentos são dirigidos, grandemente, para a história e suas ciências auxiliares. Na segunda, situam-se os records managers, profissionais encarregados da gestão de documentos. A formação desses profissionais enfatiza as questões concernentes ao controle da produção de documentos. Tal cisão vai muito além do que poderia qualificar como problemas corporativos e profissionais. De fato, observa-se a separação entre a Arquivologia e a Gestão de Documentos (MATOS, 2011, p. 3).

Na tentativa de superar essa cisão, os canadense, e mais especificamente no Canadá francês, no Québec, formula-se o conceito de uma “arquivística integrada” que segundo Rousseau e Couture (1994) “[...] tem como objetivo ocupar-se simultaneamente do valor primário e do valor secundário do documento”. A formação arquivística ministrada pela École de Bibliothéconomie et des Sciences de l’Information (EBSI), da Université de Montréal baseia-se nessa abordagem.

4 O MODELO AMERICANO E LATINO-AMERICANO

A tradição arquivística latino-americana remonta ao século XVI, no momento da colonização espanhola e portuguesa (TANODI *apud* JARDIM; FONSECA, 1999, p. 20). Tanodi considera que o desenvolvimento das instituições de arquivo e do pessoal responsável pela organização desses estabelecimentos pode ser dividido em três fases.

A primeira é denominada período colonial espanhol e português, perpassa os séculos XVI, XVII, XVIII, além do primeiro decênio do século XIX. A segunda pode ser definida como uma época de forte emancipação, de consolidação nacional e de desenvolvimento republicano abrangendo o século XIX e a primeira metade do século XX. E, finalmente a terceira, prolonga-se até o momento atual (TANODI *apud* JARDIM; FONSECA, 1999, p. 20).

Em um primeiro momento, as administrações legislativa, executiva e judicial dos territórios de além-mar foram regidas pelos reis da Espanha e de Portugal. Isso significava que os procedimentos utilizados (teóricos e práticos) eram estabelecidos segundo as bases legais, as tradições e os costumes da península hispano-portuguesa. O pessoal responsável pela produção, conservação e arquivamento dos documentos era composto por secretários ou tabeliães. Esse papel lhes concedia, de acordo com a legislação e a cultura importada da metrópole, o direito de impor taxas de serviço. A experiência requerida para a prática dessas funções

fundamentava-se na prática documental transmitida às gerações. Ao longo do tempo, algumas mudanças práticas foram estabelecidas para atender melhor às necessidades da administração local. No fim do século XVIII, o desenvolvimento educacional e o papel importante que teve a igreja católica fizeram com que fosse atribuído “naturalmente” ao clero, além das suas diversas responsabilidades, a missão de organizar seus próprios documentos. Essa missão fundamentava-se sobre as tradições e experiências do mundo europeu. No entanto com o tempo os conhecimentos empíricos deram margem ao reajuste de alguns procedimentos (JARDIM; FONSECA, 1999, p. 20).

Num segundo tempo, o poder exercido pelas coroas espanhola e portuguesa foi substituído por novas autoridades locais, dando origem a 20 países, no mundo hispano-americano. Criados sobre princípios democráticos, os Estados independentes terão uma organização política dividida entre os poderes legislativo, executivo e judiciário. Essas mudanças ocasionaram grandes modificações, principalmente no que se refere à produção de documentos. “Paralelamente, o desenvolvimento do tratamento dos documentos e dos arquivos foi ampliado graças ao “savoir-faire” de outros países europeus, assim como o do Estados Unidos” (TANODI *apud* JARDIM; FONSECA, 1999, p. 21).

Um terceiro período caracteriza-se pela continuidade da fase precedente e a implantação, propriamente dita, do ensino. Os métodos se revelavam arbitrários no âmago das administrações e, assim, o acesso aos arquivos permanecia restrito.

Podemos constatar que houve uma penetração progressiva de princípios teóricos e práticas arquivísticas a partir de 1940, para atender os novos métodos da pesquisa histórica, onde enfatizavam-se os métodos quantitativos e qualitativos. Assistimos, também, nessa época a algumas reformas administrativas (JARDIM; FONSECA, 1999, p. 21).

A comunidade latino-americana tem demonstrado uma preocupação constante com o ensino dos profissionais de arquivo. A Asociación Latino Americana de Archivos (ALA) organizou diversos colóquios sobre o tema; dentre eles destacamos os de 1980, no Rio de Janeiro (Brasil), e 1981, em Buenos Aires (Argentina). Além disso, no final de 1995, encontros nacionais de professores universitários de Arquivologia desenvolveram-se no Brasil e na Argentina (JARDIM; FONSECA, 1999, p. 24).

O ensino de Arquivologia apresenta-se abrangente e sólido, propondo uma inter-relação entre as duas tendências, o que resultou em uma Arquivologia integrada. Essa abordagem exprime, claramente, a harmonização dos dois modelos tradicionais de ensino. No entanto, a explosão das tecnologias de informação provocou uma instabilidade no que se refere aos papéis tradicionais do arquivista. Alguns esforços foram

empreendidos a fim de promover debates sobre a identidade profissional dos arquivistas, porém essa questão ainda permanece irresoluta no continente europeu. E é por isso que, no momento da unificação européia, segundo René Bazin, “seria prematuro falar de um arquivista europeu” (RENÉ-BAZIN, 1992, p. 227).

Nos Estados Unidos, o “Relatório Bermis”, considerado o mais importante da arquivística americana, recomendava um ensino de acordo com as tradições européias. Este relatório fazia uma crítica aos bibliotecários, dizendo que não estariam aptos a cuidar dos arquivos, o que incitou a inclusão de disciplinas de natureza arquivística nas escolas de biblioteconomia. O primeiro programa oferecido foi o da University of Columbia, em 1938 (JARDIM; FONSECA, 1999, p. 13).

5 A DISCUSSÃO SOBRE A “LOCALIZAÇÃO” DOS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA

Durante os anos 40, 50 e 60 diversos debates concentraram-se em analisar o lugar onde seria mais vantajoso situar o ensino da Arquivologia. Isto é, a que área deveríamos vincular o ensino de Arquivologia no meio universitário. Nos departamentos de história, e formar historiadores-arquivistas ou nas escolas de biblioteconomia e formar bibliotecários-arquivistas? Três pesquisadores participaram dessa discussão: H.C. Jones e T. R. Schellenberg, ambos arquivistas, além de John C. Colson, professor de biblioteconomia na University of Maryland (SCHELLENBERG *apud* JARDIM; FONSECA, 1999, p. 13).

Para H.C. Jones, a única possibilidade seria incorporar a arquivística enquanto uma disciplina do programa de biblioteconomia, da American University. Segundo ele, os arquivistas haviam perdido a ocasião de integrar as duas tendências. Ele defendia a ideia de uma Arquivologia unificada, como indica o título da disciplina que ele propôs: “História e administração dos arquivos”. Paradoxalmente a sua opinião final foi que o lugar mais viável para a formação dos arquivistas era nos departamentos de história. Quanto a Schellenberg, ele afirma que “apesar dos princípios e das técnicas de ambas as profissões serem distintas, existe, igualmente, uma certa complementaridade”. E os objetivos das duas profissões são, obviamente, os mesmos: tornar disponíveis os recursos de pesquisa do país”. Segundo Schellenberg, os arquivistas tem muito a aprender da biblioteconomia, visto que ela comunga do mesmo objeto de estudo que a Arquivologia, isto é, a informação. Mas é evidente que cada um tem uma identidade, que agrupa seus princípios, métodos e sua terminologia. Ele conclui afirmando que a melhor solução seria localizar a Arquivologia nas ciências da informação (JARDIM; FONSECA, 1999, p. 14).

Já Colson questiona de que forma as escolas de Biblioteconomia e Ciência da Informação poderiam integrar o ensino dos bibliotecários e dos arquivistas, partindo do princípio de que se trata apenas de eixos conexos. Poderia existir segundo ele, um corpo comum e duas especializações independentes (JARDIM; FONSECA, 1999, p. 14). Nos Estados Unidos a maioria dos programas oferecidos está ligada a escolas de Biblioteconomia e Ciência da Informação. E todos os diplomas são concedidos através do mestrado.

Essas contradições apresentadas nos modelos de formação do arquivista nos diversos países, continua nos dias atuais. Assumindo hoje um caráter de afirmação da Arquivologia como campo científico. Estes diversos modelos nos levam a uma reflexão sobre qual tipo de profissionais as universidades querem formar, e que tipo de profissional o mercado precisa. Na verdade o que é possível perceber é que a formação universitária deve estar em harmonia com o mercado e com as suas necessidades regionais específicas.

6 DEFICIÊNCIAS NA FORMAÇÃO DO ARQUIVISTA

A regulamentação da profissão de arquivista ocorreu há 38 anos e percebe-se que hoje há uma busca para entender que tipo de profissional a sociedade necessita. Segundo Souza (2011, p. 14), “em princípio, o mercado deveria demonstrar uma simbiose com os espaços de formação, mas os arquivistas apresentaram, como tema recorrente, a necessidade de adequação do currículo, sobretudo com um enfoque centrado nas novas tecnologias.”

A profissão de arquivista surgiu inicialmente para facilitar o acesso aos documentos, à informação, ainda que sua função estivesse vinculada fundamentalmente à custódia de documentos, sendo, inclusive reconhecida como homem-arquivo ou arquivo-historiador (DUCHEIN, 1991). Segundo Peter Horsman: “um arquivista não é exatamente um profissional da informação: o trabalho arquivístico não é exatamente dar acesso à informação senão dar acesso ao registro, à prova. E isso é mais que informação. Isso é prova registrada das atividades dos organismos públicos ou das organizações privadas” (HORSMAN, 2002, p. 48).

De acordo com Souza (2011), nas últimas décadas do século XX, as investigações sobre os arquivos se ampliaram, e se converteram em objeto de análise de pesquisadores e estudiosos em geral. Alguns resultados dessas investigações sobre os arquivos revelam que:

- O número de pesquisadores nos arquivos é reduzido;

- A política de informação está pouco desenvolvida na maioria deles;
- A questão da transmissibilidade da informação é um problema não solucionado;
- Ocorre uma tendência de quebra de paradigma dos arquivos como meros lugares de custódia em benefício de um paradigma informacional;
- A atividade profissional dos arquivistas adota como função fundamental, a valorização do objeto físico da informação, do suporte, ainda que nos últimos anos o concurso da tecnologia da informação venha provocando alterações neste sentido.

Estes resultados assinalam mudanças na Arquivologia e levam os profissionais e pesquisadores da área a repensarem sobre seu papel na atual sociedade. Segundo Murilo Cunha “uma profissão existe porque existe uma necessidade social que deve ser cumprida” (CUNHA, 1981, p. 155). Logo, pode-se entender que também a Arquivologia tem seu papel perante a sociedade, as profissões são legitimadas pelo trabalho que prestam a uma comunidade, e esta lhe devolve o reconhecimento.

As atividades práticas desenvolvidas pelos arquivistas estão reconhecidas desde 1978, e sofreram poucas modificações. As atribuições previstas na legislação propõem o tratamento dos arquivos nas três fases (arquivos correntes, intermediários e permanentes). Atualmente o que se encontra no mercado de trabalho são atividades ligadas às práticas inerentes à gestão de documentos, o que revela uma grande preocupação com o tratamento dos documentos, mas também com o seu acesso. O arquivo trata os documentos para que eles possam ser disponibilizados. Os profissionais também trabalham com esta preocupação, mas a questão a ser tratada aqui é se os currículos vigentes hoje nas instituições de ensino que oferecem a formação em Arquivologia atendem a esta necessidade. No âmbito acadêmico, conforme Bellotto (2004, p. 24),

muitos dos especialistas que têm se preocupado com a formação e o desenvolvimento profissional do arquivista, em âmbito internacional são unânimes em reconhecer as deficiências da formação, falta de relação entre o mercado de trabalho e o mundo universitário, assim como apontar as fraquezas internas da profissão advindas não só da debilidade de formação, mas também da carência da maior consolidação das teorias, das normas, da evolução vertiginosa das novas tecnologias não acompanhada pelo mesmo ritmo no ensino e aprendizagem.

Percebe-se então que uma maior diálogo entre as associações profissionais e universidades, seria um caminho, que já foi apontado por Souza (2011), para fechar as lacunas ainda existentes nos currículos de formação dos cursos. Essa aproximação permitiria uma compreensão mais precisa e eficaz

das mudanças do quadro social, e conseqüentemente sobre a influência que essas mudanças podem provocar nos arquivos, exigindo por vezes, uma nova postura profissional, ou um novo pensamento sobre as práticas já existentes.

Bellotto (2004, p.2) ainda destaca as capacidades necessárias à profissão:

Quando se fala do arquivista para o século XXI, esperando dele que se assenhore das novas tecnologias para um eficiente desempenho de seu trabalho, não nos esqueçamos que não se pode prescindir daquelas qualidades esperadas de tal profissional, em qualquer situação, tempo e lugar- com ou sem tecnologia. Alguns especialistas assim as tem arrolado: 1. Capacidade de análise e síntese, juntamente com uma aptidão particular de esclarecer situações complexas e ir ao essencial; 2. Habilidade de formular claramente suas ideias, tanto de forma escrita quanto verbal; 3. Capacidade de julgamento seguro; 4. Aptidão para tomar decisões sobre questões ligadas à memória da sociedade; 5. Abertura às novas tecnologias da informação; 6. Bom senso para tomar resoluções; 7. Adaptação à realidade, às condições de seu tempo e lugar (GRIMARD, 1993). E, como se tudo isso fosse pouco, fala-se, ainda, nas qualidades de adaptabilidade, pragmatismo, curiosidade intelectual, rigor, método, continuidade, capacidade de compreensão e de escuta relativamente ao produtor, ao pesquisador e ao cidadão.

A partir dos apontamentos da autora é possível notar principalmente a capacidade de adaptação do profissional tanto nas questões tecnológicas, acompanhando os seus avanços, mas também sem ignorar o que já foi feito, respeitando sempre o contexto social e econômica em que a instituição a qual serve está inserida. Sua flexibilidade juntamente com a sua capacidade de escutar devem estar principalmente direcionadas aos usuários, no momento da realização do atendimento presenciais ou virtuais. Essas habilidades serão extremamente favoráveis para a elaboração de novos serviços ou para a melhoria dos serviços já existentes.

Heloísa Bellotto (2004, p. 5) também destaca as considerações do arquivista sueco Berndt Fredriksson, em que ele descreve o papel do arquivista na sociedade contemporânea:

O papel dos arquivistas na sociedade contemporânea, definitivamente está mudando. Ele torna-se mais amplo e torna-se mais proativo em relação ao resto da sociedade. Isto significa que temos a capacidade de antecipar mudanças e caminhar com ela. Ele insiste em que nós, arquivistas, temos um papel a desempenhar na sociedade do conhecimento. Mas, primeiro precisamos definir mais detalhadamente o que queremos que nosso papel seja. Fazendo isto

teremos convencido o resto do mundo sobre a nossa competência, isto porque na sociedade contemporânea o profissionalismo arquivístico tem um papel essencial a desempenhar.

A questão da invisibilidade dos arquivos diante da sociedade, da falta de conhecimento da sociedade, principalmente do cidadão comum sobre os serviços dos arquivos, se dá na maioria das vezes pela falta de posicionamento do profissional, que deve se mostrar aberto e atento às necessidades de todos os tipos de consulentes, sejam eles pesquisadores habilitados, estudantes, pesquisadores curiosos, ou o popular que desconhece as formas de utilização das ferramentas de busca e recuperação da informação, ou antes da utilização das ferramentas, não conseguiram elaborar de forma clara o seu problema de pesquisa.

7 OS ESTUDOS SOBRE O CURRÍCULO NO BRASIL

No Brasil as discussões sobre a formação do arquivista foram inauguradas em 1995 com a I Reunião Brasileira de Ensino em Arquivologia, que mais tarde se transformou na Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ), que já possuem três edições e continuam fomentando a discussão sobre a formação e as novas necessidades dentro da área.

Segundo Couture e Rosseau (1998, p. 120) “não é tarefa única do arquivista unicamente adquirir, tratar e conservar os arquivos. O objetivo final dos arquivistas é tornar acessíveis e preparar a difusão das informações que eles mesmos recolhem”. Essa discrepância entre a demanda do mercado de trabalho e o curso de formação nas universidades, segundo Souza (2011, p. 152), se justifica pelo fato de “as relações das associações profissionais com os cursos superiores de Arquivologia no Brasil serem bastante incipientes. As contribuições dos coletivos profissionais em relação à capacitação se concentram em cursos de curta duração e eventos promovidos com uma certa periodicidade.” O estreitamento desse diálogo entre instituições de ensino e coletivos profissionais podem contribuir muito para melhorias na formação de novos profissionais, conjuntamente com uma reestruturação dos currículos.

Em uma pesquisa de Souza (2011) que buscou avaliar a satisfação dos profissionais em relação às disciplinas ofertadas nos cursos, constatou-se que a maioria dos profissionais avaliou as disciplinas como não satisfatórias. Desde 1996, os cursos de Arquivologia alteraram seus currículos para adequá-los à Lei de Diretrizes e Bases da Educação. A adaptação às diretrizes propostas pelo Ministério da Educação favoreceu a inserção de algumas disciplinas, assim como a supressão ou alteração de outras. Fato é que apesar de todas as alterações e estudos sobre

o currículo, é necessário destacar a “carga de responsabilidade social do arquivista” (SOUZA, 2011, p. 227).

A partir da década de 70 a Arquivologia começa a emergir como disciplina e campo de atividades profissionais. Isto se expressa através de vários marcos como: a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros, realização dos primeiros congressos de Arquivologia, regulamentação da profissão de arquivista, instituição do primeiro Sistema Nacional de Arquivos, etc (JARDIM; FONSECA, 1999). O ensino e a pesquisa brasileiros em Arquivologia, conforme sugerido por pesquisas recentes, alinham-se, portanto, à tendência internacional após os anos 1990, deslocando-se da centralidade das instituições arquivísticas públicas para as universidades, “novo locus” de produção e difusão do conhecimento arquivístico. (MARQUES; RONCAGLIO; RODRIGUES, 2011, p. 11). A Arquivologia passa por um momento de auto definição e auto reconhecimento que trouxe a necessidade da organização de uma reunião nacional entre pesquisadores, professores e profissionais para uma discussão coletiva sobre a situação do ensino e da pesquisa brasileira na área.

No X Congresso Brasileiro de Arquivologia, realizado em 1994, o professor José Maria Jardim apresenta um trabalho fazendo um primeiro esboço sobre a situação dos cursos de Arquivologia no Brasil, e levanta algumas questões importantes a serem discutidas. Como, por exemplo, “harmonização dos currículos”. Neste estudo apresenta as disciplinas propostas pela Unesco para a harmonização entre Arquivologia, ciência da informação e biblioteconomia, dentre elas destacamos a presença dos “estudos de usuários” como disciplina a ser “compartilhada” pela três áreas. Sugere ao final de sua apresentação a realização no ano seguinte da I Reunião Brasileira de Ensino em Arquivologia, com o intuito de aprofundar em diversos aspectos, principalmente no que diz respeito à formação profissional e mercado de trabalho.

Na I Reunião de Ensino em Arquivologia, em 1995 foi apresentado um quadro geral dos quatro cursos que haviam na época situados na UniRio, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal Fluminense (UFF) e na Universidade de Brasília (UnB). Foram avaliados os objetivos dos cursos, duração da escolaridade, conteúdo, admissão, qualificação do corpo docente, recursos pedagógicos e repartição geográfica (JARDIM; FONSECA, 1999). Todas as comunicações realizadas no evento se transformaram na primeira publicação brasileira sobre a formação em Arquivologia no país.

Em um cenário de profundas transformações, o arquivista deve ser formado sobre o paradigma do “Aprender a aprender”. “Aprender a fazer” não é mais suficiente para o arquivista da era

da informação. Como tal, não pode ser apenas um reprodutor de conhecimento, mas um produtor de conhecimento (JARDIM; FONSECA, 1999, p. 95). A questão da interdisciplinaridade também é abordada no evento. De acordo com Bottino (1995, p. 117),

a Arquivologia não esgota em si mesma todo o conhecimento necessário ao desempenho de suas funções. Pela própria natureza de seu campo de estudo, assume um caráter interdisciplinar onde o ensino deve estar aberto à interlocução com tantas outras áreas do saber e disciplinas.

A I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia vem dar continuidade à discussão iniciada na década de 1990 na Reunião Brasileira de Ensino em Arquivologia. A primeira REPARQ foi realizada na Universidade de Brasília em 2010, onde os coordenadores dos 15 cursos que haviam na época, foram convidados a apresentar o histórico de criação de cada curso, dificuldades enfrentadas, situação do corpo docente e discente e alguns aspectos dos currículos vigentes. As universidades que participaram na ocasião com seus representantes foram: Universidade Estadual da Paraíba(UEPB), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal Fluminense.

De acordo com Jardim (2011, p. 58), “no marco da democratização do país, vários elementos sugerem alterações significativas no cenário arquivístico brasileiro, quando comparado com períodos anteriores”. Essa mudanças referem-se principalmente a dimensão legal do acesso à informação, contemplado na Constituição de 1988, na Lei de Arquivos (Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991) e outros instrumentos que vem de uma demanda social pela transparência da administração pública e o acesso à informação (BRASIL, 1988; 1991). Novamente percebe-se a necessidade da presença de disciplinas voltadas para os estudos de usuários na formação dos arquivistas.

Em outro trabalho, Marques (2011) também faz uma análise dos currículos de Arquivologia no Brasil, buscando “mapear a recepção, a utilização e os desdobramentos do currículo mínimo nos cursos de Arquivologia, considerando a flexibilidade propiciada pela Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (1996) quanto às reformas dos currículos, a partir de consultas de suas versões on-line” (MARQUES, 2011, p. 164). A autora fez uma análise qualitativa das denominações das disciplinas que compõem os currículos, buscando tecer algumas

reflexões sobre a configuração científica da disciplina e suas relações extra disciplinares nesse processo.

Em 2012, foi realizado um novo estudo sobre currículos por Negreiros, Arreguy e Silva, apresentado no V Congresso Nacional de Arquivologia (CNA). Este trabalho tinha como objetivo “apresentar uma metodologia para análise, avaliação e reestruturação curricular de cursos de Arquivologia, como forma de facilitar os processos de reestruturação das grades de disciplinas, sistematizar as discussões em reuniões com essa temática e acompanhar as preocupações constantes com as questões de ensino e pesquisa na área” (NEGREIROS; ARREGUY; SILVA, 2012, p. 3).

Este estudo apresenta um panorama dos currículos de Arquivologia brasileiros, baseado nos trabalhos apresentados na I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia, descrevendo tendências no que se refere à formação de discentes na área; discute os processos de reestruturação curricular, apresentando, mais de perto, o caso do curso de Arquivologia da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (ECI/UFMG); expõe a metodologia utilizada, tanto no que se refere a sua sustentação teórica, quanto a seus procedimentos metodológicos; realiza reflexões sobre a metodologia criada, com o intuito de indicar qualidades/melhorias e outros estudos possíveis a partir dessa iniciativa.

Em um estudo mais recente realizado por Vaz (2015), a autora buscou analisar a importância e os impactos das disciplinas voltadas para os estudos de usuários na formação arquivista, ampliando a visão e as possibilidades de acesso dentro do arquivo. Nessa análise com um olhar específico para os usuários e o acesso, Vaz (2011, p.122) apontou as seguintes perspectivas sobre o impacto dessas disciplinas sobre a atuação do profissional:

- Pesquisas sobre os estudos de usuários de arquivos ainda se encontram em um estado incipiente;
- A inserção das disciplinas com essa temática nos cursos podem contribuir de maneira significativa para o avanço dos estudos de usuários na Arquivologia;
- O arquivista deve apresentar características de um bom gestor, mas deve também atuar como mediador da informação;
- O arquivista é consciente da importância do acesso, porém suas práticas ainda estão mais voltadas para os documentos e para os sistemas;
- O estado tem parcela de responsabilidade nas dificuldades de acesso, mas é importante destacar que a compreensão das necessidades dos usuários é responsabilidade do arquivista;

- Ações de difusão e marketing nos arquivos podem contribuir para diminuir a invisibilidade dos arquivos diante da sociedade;
- Cada usuário apresenta uma necessidade, de acordo com cada tipo de arquivo. Apesar de uma preocupação das instituições em atender as determinações da LAI no que diz respeito aos arquivos correntes com o acesso à documentação comprobatória, o arquivista deve fortalecer ações para que os arquivos históricos sejam também acessados pelos cidadãos comuns e não apenas por pesquisadores.
- As novas tecnologias deverão ser incorporadas para o aperfeiçoamento dos serviços que já são oferecidos, mas não devem ser consideradas como único recurso para alcançar os usuários;
- Os estudos de usuários podem dar ao profissional a dimensão da complexidade de cada usuário e ajudá-lo a compreender o sujeito inserido em diversos ambientes sociais.
- Os estudos de usuários podem contribuir para o desenvolvimento de ferramentas de busca mais eficientes e eficazes.

Essas constatações mostram o quanto o currículo deve ser mutável para conseguir acompanhar as novas demandas sociais. A interdisciplinaridade também é fator essencial para a criação de um currículo capaz de formar um profissional atento a tantas mudanças. Além da questão dos estudos de usuários como forma de ampliação da difusão e acesso nos arquivos, o uso potencial da tecnologia também deve estar presente nos currículos.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que é possível perceber em todos os estudos avaliados, em um espaço de mais de 20 anos desde o estudo inaugural sobre formação do arquivista de José Maria Jardim e Maria Odila da Fonseca em 1995, é uma notória “evolução” da discussão sobre o tema e na própria reestruturação dos currículos. Além das discussões entre professores e pesquisadores, a flexibilidade dos currículos permitida pela Lei de Diretrizes e bases da Educação de 1996, foi fundamental nesse processo. Hoje com uma “matriz curricular” sujeita a transformações para acompanhar as exigências da sociedade. “[...] um currículo reflete uma época. Ele sofre influências do estágio de maturidade em que se encontra a área do conhecimento, da atuação dos profissionais no mercado de trabalho, da visão política e ideológica da instituição, dos recursos humanos e financeiros” (CESARINO; VIANNA, 1990, p. 37).

Sempre houve por parte do arquivista uma preocupação com o acesso, mas com um foco mais direcionado para a organização do acervo e a elaboração de instrumentos de pesquisa de maneira isolada, sem considerar as necessidades do usuário. A mudança nessas práticas dá-se, conforme foi exposto, principalmente pela consolidação da Lei de acesso à Informação. Apesar da LAI está mais voltada para os arquivos correntes e intermediários, as instituições e os profissionais devem juntar esforços para que o cidadão comum seja inserido na apropriação dos acervos históricos. Essas mudanças de postura exigem que as universidades e seus respectivos cursos sejam capazes de construir uma matriz curricular eficiente para a formação de um novo profissional, que além de ser um gestor, precisa atuar como um mediador.

O departamento de vinculação dos cursos ainda é ponto de discussão, mas as pesquisas apresentadas demonstram que uma importante característica da composição curricular dos cursos de Arquivologia é a interdisciplinaridade, principalmente com a história, administração, direito, biblioteconomia e ciência da informação, que contribuem e enriquecem seu arcabouço teórico.

É notório o crescimento da inserção de disciplinas voltadas para a difusão e marketing em arquivos utilizando os métodos dos estudos de usuários. As disciplinas relacionadas aos estudos de usuários e uso da informação arquivística ainda estão em estado incipiente nos currículos dos cursos, se mostrando em alguns casos presas aos métodos de estudos de usuários em bibliotecas, não atendendo as necessidades do arquivista, visto que, o comportamento de busca de informação do usuário de arquivo é bem diferente do usuário de uma biblioteca. A dificuldade de estruturação de uma disciplina específica para estudos de usuários em Arquivologia justifica-se também pelos diferentes tipos de usuários de um arquivo. Faltam ainda estudos de caso sobre a temática na área. Mas, o que fica nítido é a vontade e a necessidade dos pesquisadores em colocar a temática dentro das disciplinas específicas da Arquivologia. Anteriormente estes estudos eram colocados em um lugar mais distante, estando intimamente relacionada à ciência da informação.

THE EVOLUTION OF THINKING OF CURRICULUM REFORM OF ARCHIVAL SCIENCE COURSES: a historical analysis

ABSTRACT: The course of archival science and professional archivist also suffered all impacts due to changes occurring in society in recent decades. Reflection on their duties, new skills to meet new social demands are recurring themes in research area. This process also has the ultimate goal of self recognition and consolidation of archival discipline as a scientific field. Seeking not only the development of practices, but the reflection of a thought about the practices. This article seeks to demonstrate the progress in the process of vocational training since the beginning of the thought of building a training curriculum. It also presents a history of training and national and international archival schools of thought in order to promote reflection on mutability and flexibility of curricula of archival science courses.

KEYWORDS: Archovology. Curriculum. Professional qualification.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes:** tratamento documental. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

BOTTINO, Mariza. A interdisciplinaridade na graduação em Arquivologia. In: JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila (Org.). **A formação do arquivista no Brasil**. Rio de Janeiro: EdUFF, 1995.

BRASIL. **Lei nº9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.
Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>.
Acesso em: 26 set. 2016.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de; DOURADO, Luiz Fernandes. Política educacional, mudanças no mundo do trabalho e reforma curricular dos cursos de graduação no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 22, n. 75, ago. 2001.

CESARINO, M. A. da N.; VIANNA, M. M. O Curso de Graduação em Biblioteconomia da UFMG. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 19, n. especial, p. 37-67, 1990.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Trad. Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

COUTURE, Carol; MARTINEAU, Jocelyne; DUCHARME, Caniel. **A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo**. Brasília: FINATEC, 1999.

CUNHA, M. B. . Metodologia para estudo dos usuários da informação científica e tecnológica. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 5-19, 1981.

CURY, Carlos R. J. Reforma universitária na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 101, p. 3-19, jul. 1997.

DOURADO, Luiz F.; OLIVEIRA, João F. Políticas educacionais e reconfiguração da educação superior no Brasil. In: DOURADO, Luiz F.; CATANI, Afrânio M. (Orgs.). **Universidade pública: políticas e identidade institucional**. Campinas/Goiânia: Autores Associados/UFG, 1999.

DUCHEIN, Michel. La profesión de archivero entre el pasado y el future. **Revista Catalana d'Arxivística**, Lligall, n. 4, p. 13-24, 1991.

_____. Archives, archivistes, archivistique: definitions et problématique. In: DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE. **La pratique archivistique française**. Paris: Archives Nationales, 1993.

GAGNON-ARGUIN, Louise. Les courants de pensée sur l'archivistique au Québec. In: L'ARCHIVISTIQUE: son histoire, ses acteurs depuis 1960. Saint-Foy: Presses de l'Université du Québec, 1992.

HARVEY, Devid. **Condição pós-moderna**. Trad. de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1992.

JARDIM, José Maria. **O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RONCAGLIO, Cynthia; RODRIGUES, Georgete Medleg (Org.). **A formação e a pesquisa nas universidades públicas brasileiras**: Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia, 1. Brasília: Thesaurus, 2011.

MENNE-HARITZ, Angelika. Formation em arquivistique: pourrèpon dreaux besoins de la société Du XXI e siècle. In: CONGRÉS INTERNACIONAL DES ARCHIVISTE, 12, 1992, Montreal, **Annales...** Montreal: [s.n.], 1992.

NEGREIROS, Leandro; ARREGUY, Cintia; SILVA, Welder. Metodologia para análise, avaliação e reestruturação curricular de cursos de Arquivologia: a experiência do curso de Arquivologia da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 5, 2012, Salvador. **Anais...** Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2012.

RENÉ-BAZIN, Paule. **Qui assurera La formation et comment?** Avons-nous besoin d'un institut européen: Janus, v.2, p. 227-229, 1992.

RIFKEN, Jeremy. **O fim dos empregos:** o declínio inevitável dos níveis de emprego e a redução da força global de trabalho. Trad. de Ruth Gabriela Bahr, São Paulo: Makron, 1995.

SOUZA, Kátia Isabelli Melo de. **Arquivista:** visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado de trabalho. Brasília: Starprint, 2011.

VAZ, Gláucia Aparecida. **A importância dos Estudos de Usuários na Formação do Arquivista.** Belo Horizonte, 2015. 130f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais.